

CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO – ENSINO BÁSICO

10.ª Revisão

Nos termos da alínea e) do art.º 33.º do Regime de Autonomia, Administração e Gestão, constante do Decreto-Lei nº 75/2008 de 22 de abril, na sua versão atual, o Conselho Pedagógico da Escola Secundária Eça de Queirós *aprovou, em sessão ordinária de 17 de fevereiro de 2021, a décima revisão aos INSTRUMENTOS e CRITÉRIOS GERAIS de AVALIAÇÃO*, aprovados em 29 de setembro de 2004, a serem respeitados pelos Conselhos de Turma, na avaliação sumativa dos alunos do Ensino Básico.

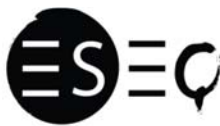
I. AVALIAÇÃO SUMATIVA

No final de cada período letivo / ano de escolaridade e ciclo, o aluno será avaliado em função das aprendizagens desenvolvidas tendo por referência, os instrumentos curriculares em vigor, bem como deverá incorporar, numa perspetiva globalizante e valorativa, as aprendizagens dos alunos nas componentes curriculares transversais e/ou instrumentais, como por exemplo: educação para a cidadania, compreensão e expressão em língua portuguesa e utilização das TIC.

Nas disciplinas de organização semestral, a avaliação do aluno ocorre no final do semestre e no final do ano, nos termos legais.

II. INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Constituem-se como instrumentos de avaliação da ESEQ os testes e fichas de avaliação, as provas orais e práticas e todas as prestações e trabalhos realizados pelos alunos na aula e fora dela, sujeitos à observação e avaliação dos professores.



1. INSTRUMENTOS BASE

Trabalhos em suporte de papel ou noutra suporte físico, bem como prestações orais e/ou práticas de que existam registos escritos, realizados pelos alunos, individualmente, em aula, previamente calendarizados e do seu conhecimento.

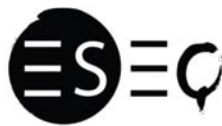
2. INSTRUMENTOS COMPLEMENTARES

- ♦ Participação ativa e pertinente na aula, assertividade e empenho no desenvolvimento e execução das tarefas propostas;
- ♦ Trabalhos realizados extra-aula (quer solicitados pelo professor, quer da iniciativa do aluno);
- ♦ Participação em projetos desenvolvidos no âmbito de cada disciplina ou de âmbito multidisciplinar, de caráter curricular ou extracurricular, intra ou extraescolares;
- ♦ Intervenção positiva na comunidade escolar e/ou educativa.

III. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A classificação a atribuir em cada disciplina resultará da aplicação dos vários instrumentos de avaliação de acordo com os seguintes critérios:

1. A classificação a atribuir a cada aluno nas disciplinas que compõem o seu plano de estudos-será apurada com base na qualidade das prestações e nos resultados obtidos em todos os instrumentos de avaliação atrás definidos.
2. A classificação a atribuir a cada aluno em cada uma das disciplinas não pode ser inferior à média dos resultados obtidos nos Instrumentos Base.
3. Progressão / Retenção em anos Não terminais: Salvo casos excecionais, devidamente fundamentados pelo Conselho de Turma, não reúnem condições de progressão os alunos que, em resultado da avaliação final, se encontrem numa das seguintes situações:
 - a. Mais de três classificações inferiores a três.
 - b. Três classificações inferiores a três se deles fizerem parte, cumulativamente, as disciplinas de Português e Matemática.



§ Único: A disciplina de Educação Moral e Religiosa e de Oferta Complementar, quando exista, não são consideradas para efeitos de aplicação do anterior n.º 3.

IV. CLASSIFICAÇÕES

1. Em todas as disciplinas, para apuramento dos resultados obtidos pelos alunos, será utilizada a seguinte escala percentual:

Resultados (%)	Classificações correspondentes
0-19	1
20-49	2
50-69	3
70-89	4
90-100	5

V. APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO

1. Em todas as disciplinas, os professores devem sujeitar os seus alunos aos instrumentos base, pelo menos, uma vez por período letivo e de acordo com as planificações definidas pelos respetivos Departamentos Curriculares.
2. Os professores devem traduzir quantitativamente, de acordo com as grelhas constantes do capítulo V, os resultados obtidos pelos alunos nos trabalhos individuais que constituem o instrumento base e dos mesmos (data de realização dos trabalhos e resultados obtidos) dar-lhes conhecimento atempado e inequívoco, nos termos do Regulamento Interno.
3. São obrigatórios momentos formais de avaliação da oralidade ou da dimensão prática e experimental, integrados no processo de ensino aprendizagem, nas disciplinas em que tal seja definido.
4. O peso dos instrumentos complementares no apuramento do nível a atribuir a cada aluno, em cada momento de avaliação, não deve ser inferior a 25% nem superior a 30% no conjunto dos instrumentos de avaliação a aplicar em cada disciplina.



5. Os professores devem dispor de elementos que lhes permitam fundamentar a avaliação dos trabalhos e prestações dos alunos, em todos os instrumentos de avaliação a que estes se sujeitaram.
6. De acordo com os diplomas legais que regulam a avaliação dos alunos, os critérios de avaliação específicos para cada ano de escolaridade e disciplina são propostos pelos respetivos Departamentos Curriculares e aprovados pelo Conselho Pedagógico.
7. Os professores devem garantir que os alunos/encarregados de educação têm conhecimento prévio de todos os instrumentos e critérios gerais e específicos que vão ser considerados na avaliação final dos alunos.
8. Os professores devem disponibilizar, em tempo, os resultados obtidos nos vários instrumentos de avaliação aos alunos e Encarregados de Educação.
9. A Classificação a atribuir a cada aluno nas disciplinas semestrais resulta da aplicação dos critérios de avaliação em cada um dos semestres.
10. A classificação a atribuir a cada aluno em cada disciplina, deve respeitar as seguintes ponderações:

Classificação a atribuir no 1º Período	Resulta da aplicação dos Critérios de avaliação
Classificação a atribuir no 2º Período	$(\text{resultados obtidos nos instrumentos de avaliação do 2º período} \times 0,6) + (0,4 \times \text{resultados médios obtidos nos instrumentos de avaliação no 1º período})$
Classificação a atribuir no 3º Período	$(\text{resultados obtidos nos instrumentos de avaliação do 3º período} \times 0,4) + (0,6 \times \text{média aritmética dos resultados obtidos nos instrumentos de avaliação dos 1.º e 2.º períodos})$

11. No caso de, por razões justificadas, não haver elementos de avaliação dos alunos relativos ao primeiro ou ao 2º período, a classificação final a atribuir será calculada da seguinte forma: $(\text{Classificação média atingida nos instrumentos de avaliação do período em que existe avaliação} \times 0,5) + (0,5 \times \text{Classificação média atingida nos instrumentos de avaliação do 3º período})$.
12. A atribuição de 50% ou mais de classificações inferiores a 3 deverá merecer por parte de cada professor a respetiva fundamentação em ata.
13. A autoavaliação dos alunos será efetuada nos termos do Regulamento Interno. Tem carácter obrigatório e estará à disposição do Conselho de Turma no final de cada ano letivo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
ESCOLA SECUNDÁRIA EÇA DE QUEIRÓS | 401675
PÓVOA DE VARZIM

14. Os critérios de avaliação referidos anteriormente, devem ser respeitados por todos os professores e considerar o desempenho dos alunos em cada momento de avaliação.

ADENDA:

Dado o contexto de pandemia - COVID-19 – exigir que as aulas, num ou vários momentos do ano letivo, sejam realizadas exclusivamente à distância (E@D), o Conselho Pedagógico deliberou introduzir a seguinte adenda ao Capítulo V – APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO, dos alunos do Ensino Básico:

15. É suprimido, até final do presente ano letivo, o n.º 10 dos Critérios Gerais de Avaliação.

16. Todos os elementos de avaliação de carácter sumativo, recolhidos pelos docentes durante o período de tempo em que se mantiver o E@D, integrarão os instrumentos base, com pesos uniformizados em sede de Departamento Curricular.

17. A avaliação dos alunos, em cada período letivo, terá sempre em consideração o trabalho desenvolvido, as aprendizagens realizadas e as avaliações efetuadas até esse momento.

No respeito pela lei, os presentes Instrumentos e Critérios de Avaliação manter-se-ão em vigor nesta escola até que o Conselho Pedagógico considere útil a sua revisão.

Póvoa de Varzim, 17 de fevereiro de 2021

O Presidente do Conselho Pedagógico

José Eduardo Lemos de Sousa